

MANUAL DA APROVAÇÃO



MÉTODO DPN

O guia de estudo construído sobre o que as bancas jurídicas efetivamente cobram.



Método
dpn


**ANTI
ESTUDO
FOFO**

MANUAL DA APROVAÇÃO

MÉTODO DPN

O guia de estudo construído sobre o que as bancas jurídicas efetivamente cobram

Daniel Trindade

Coordenador — Direito para Ninjas

direitoparaninjas.com.br

Boas-Vindas

Este guia não foi escrito para apresentar produtos. Foi escrito para mudar a forma como você estuda.

Existe uma pergunta que todo candidato a uma carreira jurídica de alto nível deveria fazer antes de abrir qualquer material — e que quase nenhum faz: como a banca que vai me avaliar constrói suas provas? Quais dispositivos ela repete? Quais súmulas ela cobra com frequência? Qual padrão de resposta ela espera na segunda fase? Qual o peso real de cada tema no histórico de provas da minha carreira?

Essas perguntas têm respostas. Não são achismos — são dados. E é a partir dessas respostas que o Método DPN foi construído.

O que você vai encontrar neste guia não é uma lista de produtos com instruções de uso. É uma metodologia de preparação construída sobre o comportamento documentado das bancas examinadoras. Cada orientação aqui tem uma razão técnica. Cada produto do ecossistema DPN existe para resolver um problema específico da preparação — e este guia explica qual problema, em qual momento e por quê.

Se você está começando agora nos concursos jurídicos, este guia vai mostrar como estruturar sua preparação com critério desde o primeiro dia — evitando os erros metodológicos que custam meses de estudo perdido.

Se você já tem experiência em concursos e sabe o que é reprovar por margem mínima, este guia vai mostrar onde estão as lacunas que você ainda não corrigiu — e como o registro histórico das bancas pode ser a ferramenta que faltava.

Leia com atenção. O candidato que entende por que estuda de determinada forma tem uma vantagem sobre o candidato que apenas segue um cronograma. Este guia foi escrito para construir essa compreensão.

Daniel Trindade

Coordenador — Direito para Ninjas

PARTE I — O PROBLEMA QUE O DPN RESOLVE

Por que a maioria dos candidatos bem preparados não passa

Existe um perfil de candidato que reprovação surpreende: estuda todos os dias, tem cursos completos, leu os principais manuais, conhece a doutrina, resolve questões. Mesmo assim, fica fora da lista de aprovados por margem mínima. Esse candidato não reprovará por falta de dedicação. Reprovará por falta de critério.

O problema central da preparação jurídica no Brasil não é acesso a conteúdo — é excesso de conteúdo sem hierarquização. Um edital típico de concurso para Magistratura ou Ministério Público pode listar 30, 40 legislações diferentes. Cada uma dessas legislações tem dezenas ou centenas de artigos. Somadas, representam milhares de dispositivos que, em tese, o candidato deveria dominar. Mas as provas não cobram tudo isso com a mesma frequência. Nunca cobram.

As bancas examinadoras dos concursos jurídicos de alto nível — especialmente CESPE, FGV e as bancas próprias de tribunais — têm comportamento documentável. Há dispositivos que voltam em prova após prova, edição após edição, em carreiras diferentes, ao longo de anos. Há outros que nunca foram cobrados em nenhuma prova e que provavelmente nunca serão. Tratar esses dois grupos da mesma forma — lendo-os com a mesma atenção, revisando-os com a mesma frequência — é o erro que separa o candidato aprovado do candidato que fica próximo da lista.

Ler a legislação de forma integral e linear, sem critério de prioridade, é um erro metodológico — não uma virtude de candidato dedicado.

O Método DPN foi desenvolvido para resolver exatamente esse problema. Toda a coleção parte de um mesmo princípio: o registro histórico das bancas é a única fonte confiável de prioridade. Não a opinião de um doutrinador. Não a intuição de um professor. Não a popularidade de um tema nas redes sociais. O registro do que as bancas efetivamente cobraram, em quais carreiras, com qual frequência, em qual formato.

Esse registro informa todos os produtos do ecossistema DPN. É o que faz este método ser diferente de qualquer outra coleção disponível no mercado.

O que significa estudar com critério

Estudar com critério não significa estudar menos. Significa estudar de forma assimétrica: concentrar tempo e energia nos pontos com maior histórico de cobrança, e tratar os demais como leitura de reconhecimento — não como objeto de revisão intensiva.

Na prática, isso implica três decisões que o candidato precisa tomar conscientemente antes de abrir qualquer material:

- **Qual carreira é o alvo.** A sobreposição de conteúdo entre carreiras existe e é significativa em algumas matérias, mas os recortes de profundidade são distintos. Um dispositivo de Direito Civil pode ser cobrado para Magistratura com um nível de detalhamento que nunca aparece nas provas para Delegado. Estudar o mesmo conteúdo com a mesma profundidade para carreiras diferentes é ineficiente.
- **Qual fase da preparação está sendo trabalhada.** A primeira fase — objetiva — exige domínio de dispositivos, súmulas e jurisprudência com precisão de identificação. A segunda fase — discursiva — exige domínio da estrutura de resposta que a banca espera, do nível de fundamentação requerido e do padrão de correção adotado. Os produtos que atendem cada fase são diferentes, e confundi-los é um erro comum.
- **Em que momento da preparação o candidato está.** Um candidato que está construindo base de conhecimento usa os produtos de uma forma. Um candidato em reta final usa os mesmos produtos de outra forma. Este manual descreve os dois usos com precisão.

Cada seção seguinte do manual explica um produto do ecossistema DPN, o que ele entrega, em que momento deve ser priorizado e como deve ser integrado com os demais.

PARTE II — O ECOSSISTEMA DPN

O Método DPN é um ecossistema estruturado em quatro camadas complementares. Cada camada atende a uma necessidade específica da preparação. Nenhuma substitui a outra — cada uma potencializa o conjunto.

Camada 1 — Fonte primária com registro histórico de bancas: Vade Mecum DPN, Súmulas DPN, Jurisprudências DPN.

Camada 2 — Teoria orientada pelos dados das bancas: Sinopses Ninjas.

Camada 3 — Domínio da segunda fase: Discursivas DPN com Respostas Oficiais dos Examinadores.

Camada 4 — Protocolo de reta final: Sprint Reta Final DPN (bônus exclusivo para assinantes).

A seguir, cada produto é descrito em detalhe.

Vade Mecum DPN

O que é

O Vade Mecum DPN é a coleção legislativa central do Método DPN. Cada volume traz a legislação completa de um diploma normativo — sem supressão de texto — acrescida de um sistema de marcações que indica ao candidato o grau de relevância histórica de cada dispositivo para cada carreira jurídica.

O candidato que usa o Vade Mecum DPN não precisa adivinhar o que priorizar. O registro histórico das bancas já fez esse trabalho. Cada dispositivo que foi cobrado em prova está identificado, com indicação da carreira para a qual foi cobrado. O candidato lê a legislação inteira, mas sabe exatamente onde concentrar o tempo.

O diferencial inimitável: links clicáveis direto para a questão

Cada marcação de carreira nos volumes do Vade Mecum DPN é acompanhada de um link clicável que leva diretamente à questão em que aquele dispositivo foi cobrado na plataforma QConcursos. Isso significa que, a partir do artigo que você está estudando, você acessa em um clique o enunciado, as alternativas e o gabarito da prova que o cobrou.

Nenhuma outra coleção legislativa do mercado oferece esse nível de rastreabilidade. É a diferença entre saber que um dispositivo foi cobrado e ver exatamente como a banca o cobrou — o contexto da questão, a alternativa correta, o padrão de abordagem. Esse acesso transforma a leitura da legislação em um exercício de inteligência de prova.

Ver como a banca cobrou um dispositivo vale mais do que reler o dispositivo dez vezes.

Sistema de legendas e tags por carreira

As marcações do Vade Mecum DPN identificam dispositivos cobrados nas seguintes carreiras: Magistratura (Estadual e Federal), Ministério Público (Estadual e Federal), Delegado de Polícia, Defensoria Pública, Procuradorias, Advocacia Pública, Concursos de Cartório e OAB.

Além das marcações por carreira, o sistema inclui:

- Indicações de artigos e leis relacionados ao dispositivo — conexões normativas relevantes para compreensão do contexto.
- Anotações estratégicas: dicas, classificações, exceções, divergências e frases de prova — o que as bancas costumam explorar sobre aquele dispositivo.

- Remissões a súmulas e jurisprudências do STF e STJ relacionadas ao dispositivo que já foram objeto de questões.

Dispositivos sem marcação de carreira integram a legislação completa mas não apresentam histórico de cobrança. Devem ser lidos, mas não precisam ser objeto de revisão intensiva — salvo quando o edital destacar o tema ou quando se tratar de novidade legislativa recente.

Como usar os links com inteligência

Os links não devem ser acessados de forma indiscriminada. O protocolo correto equilibra eficiência e profundidade:

- **Acesse o link** quando ainda não tiver domínio sobre o dispositivo marcado para a sua carreira. A leitura da questão aplicada é a forma mais eficiente de entender como a banca aborda aquele conteúdo.
- **Acesse o link** quando tiver dúvida sobre o alcance ou a interpretação do dispositivo. A questão frequentemente revela o ângulo que a banca privilegia.
- **Não acesse o link** quando o conteúdo já estiver consolidado. Nesse caso, a revisão rápida do dispositivo é suficiente — o tempo é melhor investido em outro ponto ainda não dominado.
- **Reserve os links para momentos de revisão dirigida e reta final.** É nessa etapa que a resolução de questões por dispositivo tem maior impacto sobre o desempenho.

Novidades legislativas

Dispositivos incluídos recentemente na legislação ainda não possuem histórico de cobrança e, por isso, não recebem marcações. Eles devem ser lidos integralmente. A ausência de marcação não significa ausência de relevância — significa ausência de histórico. Bancas como CESPE e FGV são conhecidas por cobrar novidades nos primeiros ciclos de provas após a vigência de uma lei. O Método DPN acompanha continuamente as novas questões e atualiza as marcações à medida que o histórico se consolida.

Súmulas DPN

O que é

As Súmulas DPN reúnem os enunciados do STF e do STJ organizados e sinalizados com base no histórico de cobrança por carreira jurídica. Não é uma compilação genérica de súmulas — é uma ferramenta de estudo cirúrgico dos enunciados que efetivamente aparecem nas provas.

Existe uma diferença relevante entre saber que uma súmula existe e saber que ela é cobrada sistematicamente em determinada carreira. As Súmulas DPN entregam essa distinção. O candidato sabe quais enunciados concentrar na revisão e quais têm histórico apenas periférico.

Como usar

As Súmulas DPN funcionam como material de revisão de alta densidade — são mais eficazes quando o candidato já tem base de conteúdo construída. Na fase inicial de preparação, o estudo das súmulas deve acompanhar o avanço pela legislação correspondente: ao estudar Direito do Consumidor no Vade Mecum, o candidato revisa em paralelo as súmulas do STJ relacionadas à matéria.

Na reta final, as Súmulas DPN se tornam um dos materiais centrais de revisão, especialmente para carreiras onde a prova objetiva tem histórico de cobrança intensa de enunciados sumulares — Magistratura e MP federal são exemplos típicos.

Integração com o Vade Mecum DPN

O Vade Mecum DPN já traz remissões às súmulas relevantes dentro dos próprios dispositivos. Isso significa que o candidato encontra, no artigo que está lendo, a indicação de que há uma súmula do STJ sobre aquele tema. A leitura integrada — dispositivo no Vade Mecum, enunciado nas Súmulas DPN — é mais eficiente do que tratar os dois produtos de forma separada e sequencial.

Jurisprudências DPN

O que é

As Jurisprudências DPN reúnem os julgados do STF e do STJ selecionados com base no histórico de cobrança por carreira. Enquanto as súmulas consolidam posições em enunciados curtos e fixos, a jurisprudência representa o raciocínio das cortes superiores em casos concretos — e as bancas cobram esse raciocínio, não apenas a conclusão.

Especialmente para carreiras como Magistratura e Ministério Público, o domínio da jurisprudência é decisivo. A questão não pergunta apenas o que o STF decidiu — pergunta o fundamento, a extensão, as ressalvas da decisão. As Jurisprudências DPN entregam esse conteúdo já filtrado pelo que as bancas efetivamente cobram.

Súmulas versus Jurisprudências: qual a diferença prática

Uma súmula é um enunciado consolidado, com texto fixo, que o candidato precisa conhecer com precisão. Um julgado de jurisprudência é uma decisão que o candidato precisa compreender em sua lógica — o que foi decidido, por qual fundamento, com qual alcance. As bancas usam os dois de formas distintas: súmulas aparecem com mais frequência em questões de certo ou errado; julgados aparecem com mais frequência em questões de interpretação ou em discursivas.

O candidato que domina apenas as súmulas tem metade da ferramenta. O candidato que domina súmulas e jurisprudência está preparado para os dois formatos de cobrança.

Sinopses Ninjas

O que são

As Sinopses Ninjas são resumos de teoria jurídica construídos a partir de uma premissa diferente da maioria dos resumos disponíveis no mercado: o conteúdo foi selecionado e aprofundado com base nos pontos que as bancas efetivamente cobram em sede teórica, não com base na extensão dos manuais doutrinários.

Isso significa que uma Sinopse Ninja não é uma versão abreviada de um manual de faculdade. É uma síntese estratégica do que a banca pergunta sobre determinada disciplina. Temas que geram muitas questões teóricas recebem mais espaço. Temas que aparecem pouco ou apenas em questões de legislação são tratados de forma mais enxuta.

Sinopse Ninja não é apostila. É a teoria filtrada pelo que a banca cobra.

Quando usar

As Sinopses Ninjas têm dois usos principais, que variam conforme o momento da preparação:

- **Na fase de construção de base:** o candidato usa a Sinopse para aprender o conteúdo teórico de uma disciplina antes de avançar para a legislação no Vade Mecum. A sequência natural é Sinopse → Vade Mecum → Súmulas e Jurisprudências.
- **Na fase de revisão e reta final:** o candidato usa a Sinopse para sanar dúvidas pontuais de teoria que surgirem durante a resolução de questões. Não é o material principal de revisão nessa fase — é uma referência para lacunas específicas.

O erro mais comum é usar a Sinopse como objeto principal de estudo na reta final. Nesse momento, o Vade Mecum, as Súmulas e as Jurisprudências devem ser o centro da revisão. A Sinopse é suporte.

Volumes disponíveis — 27 títulos

- Criminalística
- Criminologia
- Direito Administrativo — Parte I
- Direito Administrativo — Parte II
- Direito Ambiental
- Direito Civil — Parte Especial

- Direito Civil — Parte Geral
- Direito Constitucional
- Direito da Criança e do Adolescente
- Direito Digital
- Direito do Consumidor
- Direito Econômico
- Direito Eleitoral
- Direito Empresarial
- Direito Financeiro
- Direito Notarial e Registral
- Direito Penal — Parte Especial
- Direito Penal — Parte Geral
- Direito Processual Civil — Parte I
- Direito Processual Civil — Parte II
- Direito Processual Civil — Parte III
- Direito Processual Penal
- Direito Tributário
- Direitos Humanos
- Humanística — Filosofia, Sociologia e Ciência Política
- Lei Penal Especial — Parte I
- Lei Penal Especial — Parte II

Discursivas DPN — Com Respostas Oficiais dos Examinadores

O que é e por que é diferente

As Discursivas DPN são a ferramenta de preparação para a segunda fase dos concursos jurídicos. E a diferença em relação a qualquer outro produto disponível no mercado está em um detalhe que muda completamente o valor do estudo: as respostas incluídas não são respostas-modelo elaboradas por professores. São as respostas oficiais dos examinadores — o padrão de correção real utilizado pela própria banca.

Essa distinção é fundamental. Uma resposta-modelo de professor pode estar tecnicamente correta e ainda assim não refletir o que a banca espera. O examinador não corrige com base na melhor resposta possível sobre o tema — corrige com base no gabarito oficial, que tem estrutura, linguagem e fundamentação específicas. O candidato que treina pela resposta oficial aprende o padrão de correção da banca, não apenas o conteúdo jurídico.

Treinar discursiva sem o gabarito oficial é treinar para uma prova que não existe. A banca corrige pelo que está no gabarito, não pelo que o professor acharia ideal.

Estrutura da coleção

Cada volume das Discursivas DPN é organizado por disciplina. Dentro de cada disciplina, o conteúdo é estruturado por temas e subtemas, reunindo questões reais das principais provas aplicadas nos últimos anos, com identificação de ano, carreira, tribunal e banca examinadora.

Essa organização por disciplina permite ao candidato compreender o núcleo duro do conteúdo cobrado em segunda fase de forma transversal — independentemente da carreira que está cursando. Um tema recorrente em Direito Constitucional para a Magistratura provavelmente também aparecerá, com variações de profundidade, para o MP e para as Procuradorias.

Carreiras cobertas

A coleção cobre questões discursivas das seguintes carreiras: Magistratura, Ministério Público, Delegado de Polícia, Defensoria Pública, Procuradorias e Cartório.

Volumes disponíveis — 11 disciplinas

- Direito Administrativo
- Direito Civil

- Direito Constitucional
- Direito Eleitoral
- Direito Empresarial
- Direito Penal
- Direito Processual Civil
- Direito Processual Penal
- Direito Tributário
- Humanística — Filosofia, Sociologia e Ciência Política
- Direitos Humanos

Como usar as Discursivas DPN

O estudo pelas Discursivas DPN deve ser ativo, não passivo. Ler a questão e ir direto para a resposta oficial é o uso menos eficiente possível. O protocolo correto tem três etapas:

1. Responda a questão por escrito, sem consulta, dentro do tempo estimado para a prova. Não pule essa etapa — é ela que revela as lacunas reais.
2. Compare sua resposta com o gabarito oficial. Identifique não apenas o que errou em conteúdo, mas o que a banca valorizou na estrutura — fundamentos citados, extensão de cada ponto, linguagem técnica esperada.
3. Reescreva os pontos onde houve diferença relevante entre a sua resposta e o gabarito. A reescrita ativa fixa o padrão da banca, não apenas o conteúdo.

O candidato que faz esse ciclo sistematicamente para os temas recorrentes da sua carreira chega à segunda fase com um domínio que vai além do conteúdo — chega com o padrão de resposta internalizado.

Sprint Reta Final DPN — Bônus Exclusivo para Assinantes

O que é

O Sprint Reta Final DPN é um material derivado do Vade Mecum, disponibilizado exclusivamente como bônus para assinantes da plataforma DPN. Não é vendido separadamente e não deve ser tratado como produto principal de preparação.

O Sprint é uma versão do Vade Mecum filtrada para uma carreira específica: remove os dispositivos sem histórico de cobrança naquela trilha e remove as remissões a súmulas e jurisprudências externas, reduzindo significativamente o volume de páginas. O conteúdo remanescente é exatamente o que tem histórico de cobrança para aquela carreira.

O que o Sprint NÃO é

O Sprint Reta Final não é um produto superior ao Vade Mecum completo — é uma versão simplificada. O candidato que usa apenas o Sprint perde as remissões entre dispositivos, as anotações de súmulas e jurisprudências integradas e a visão transversal de carreiras que frequentemente compartilham conteúdo nas provas.

O Vade Mecum completo já permite o mesmo resultado do Sprint: basta o candidato seguir a trilha da sua carreira e focar nos dispositivos marcados para ela. O Sprint apenas faz esse filtro visualmente, reduzindo páginas — não adiciona conteúdo novo.

Quando usar o Sprint

O Sprint é mais útil nos últimos 30 dias antes da prova, quando o candidato já tem domínio do conteúdo e precisa de um material enxuto para revisão de alta velocidade. Nesse momento, a redução de volume é uma vantagem operacional — não uma vantagem de conteúdo.

Candidatos que ainda estão construindo base de conhecimento devem usar o Vade Mecum completo, não o Sprint. A visão global da legislação — incluindo os dispositivos de outras carreiras — é parte da formação jurídica que sustenta a aprovação na primeira fase.

PARTE III — PROTOCOLO POR FASE DE PREPARAÇÃO

A preparação para concursos jurídicos de alto nível tem fases distintas que exigem usos distintos dos materiais. O candidato que usa os produtos do Método DPN da mesma forma em todas as fases não extrai o máximo do ecossistema. A seguir, o protocolo específico para cada momento.

Fase 1 — Construção de Base

Esta fase cobre os primeiros meses de preparação — tipicamente de três a seis meses, dependendo do histórico do candidato com o Direito e da distância do próximo concurso na carreira-alvo.

Objetivo

Construir domínio de conteúdo nas matérias centrais da carreira, com compreensão dos institutos, das normas fundamentais e dos posicionamentos jurisprudenciais consolidados.

Produtos prioritários

- **Sinopses Ninjas:** ponto de entrada para cada disciplina nova. O candidato lê a Sinopse da matéria antes de avançar para a legislação, construindo o arcabouço teórico necessário para contextualizar os dispositivos.
- **Vade Mecum DPN:** após a leitura da Sinopse de cada disciplina, o candidato avança pelo volume correspondente do Vade Mecum, priorizando os dispositivos marcados para a sua carreira. Os links de questões podem ser acessados nos dispositivos que gerarem dúvida de interpretação — não como rotina.
- **Súmulas DPN:** estudadas em paralelo à legislação correspondente, não como bloco separado. Ao estudar Direito do Trabalho no Vade Mecum, o candidato revisa em paralelo as súmulas do TST relacionadas.

O que evitar nesta fase

Evitar a resolução massiva de questões antes de ter base de conteúdo construída. Questões sem base produzem memorização de gabaritos sem compreensão — o que funciona mal em provas de alto nível que cobram raciocínio jurídico, não apenas memória.

Evitar também o uso das Discursivas DPN na fase inicial se a carreira-alvo exigir segunda fase. A preparação discursiva tem maior retorno quando o candidato já tem domínio teórico sólido — não antes.

Fase 2 — Desenvolvimento e Aprofundamento

Esta fase cobre o período intermediário da preparação — tipicamente do quarto ao nono mês, dependendo do cronograma do candidato e da data do concurso.

Objetivo

Aprofundar o domínio de conteúdo, iniciar a preparação discursiva para carreiras que exigem segunda fase, e começar a resolução sistemática de questões como diagnóstico de lacunas.

Produtos prioritários

- **Vade Mecum DPN com acesso ativo aos links:** nesta fase, o candidato começa a acessar os links de questões de forma mais sistemática — não só quando há dúvida, mas como parte da revisão dos dispositivos mais cobrados.
- **Jurisprudências DPN:** incorporadas ao estudo nesta fase, especialmente para as matérias com maior incidência de cobrança jurisprudencial na carreira-alvo.
- **Discursivas DPN:** iniciadas nesta fase para candidatos que terão segunda fase no concurso-alvo. O protocolo recomendado é trabalhar uma disciplina por vez, com o ciclo completo de resposta → comparação → reescrita descrito no capítulo anterior.

Indicador de avanço

O candidato está avançando bem nesta fase quando começa a reconhecer padrões de cobrança — os mesmos dispositivos, os mesmos enunciados sumulares, os mesmos recortes jurisprudenciais aparecendo repetidamente nas questões que resolve. Esse reconhecimento é o sinal de que o método está funcionando: o registro histórico das bancas está sendo internalizado.

Fase 3 — Reta Final

Esta fase cobre os últimos 30 a 60 dias antes do concurso.

Objetivo

Consolidar o conteúdo dominado, identificar e corrigir lacunas remanescentes, e afiar a velocidade e precisão de resposta para o formato específico da prova.

Produtos prioritários

- **Vade Mecum DPN (ou Sprint Reta Final para assinantes):** revisão de alta velocidade, focada nos dispositivos marcados para a carreira. Nesta fase, a leitura deve ser rápida — o objetivo é ativar o que já está consolidado, não aprender conteúdo novo.
- **Súmulas DPN:** revisão diária dos enunciados de maior frequência de cobrança na carreira-alvo. Na reta final, as súmulas são um dos materiais de maior retorno por hora investida.
- **Discursivas DPN:** para carreiras com segunda fase, a reta final é o momento de revisão dos temas discursivos mais recorrentes e de simulação de prova em condições reais — tempo cronometrado, sem consulta, com correção posterior pelo gabarito oficial.

O que evitar na reta final

Evitar iniciar conteúdo completamente novo. O retorno de conteúdo novo nos últimos 30 dias é marginal comparado ao retorno da consolidação do que já foi estudado. A reta final é o momento de afiação, não de expansão.

Evitar também trocar o Vade Mecum completo pelo Sprint como se fosse uma melhoria — o Sprint é uma ferramenta de velocidade, não de profundidade. Se o candidato ainda tem lacunas de conteúdo a 30 dias da prova, o Vade Mecum completo é o material correto.

PARTE IV — PROTOCOLO POR CARREIRA

O Método DPN é transversal — seus produtos atendem múltiplas carreiras. Mas a estratégia de uso deve ser personalizada pela trilha de cada candidato. As seções a seguir descrevem as especificidades de cada carreira e como calibrar o ecossistema DPN para cada uma delas.

Magistratura

A carreira de Magistratura — estadual e federal — tem o perfil de prova mais exigente em termos de amplitude e profundidade de conteúdo. As bancas próprias de tribunais estaduais (VUNESP, FGV, banca própria do tribunal) e a banca do TRF para federal têm comportamentos distintos, mas compartilham um padrão: cobram tanto domínio legislativo quanto jurisprudência do STF e do STJ com profundidade.

Primeira fase

Priorizar os dispositivos marcados para Magistratura no Vade Mecum DPN em todas as matérias do edital. As Súmulas DPN são material central nessa carreira — a cobrança de enunciados sumulares em provas para Magistratura é historicamente alta. As Jurisprudências DPN devem ser incorporadas especialmente em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Constitucional, onde a cobrança de julgados é mais intensa.

Segunda fase

As Discursivas DPN são indispensáveis para Magistratura. As bancas que realizam concursos para juiz têm padrões de correção muito específicos — o candidato que não conhece esses padrões perde pontos não por falta de conteúdo, mas por falta de aderência à forma esperada. Os volumes mais relevantes para Magistratura são Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Constitucional.

Sobreposição com Ministério Público

A sobreposição de conteúdo entre Magistratura e MP é significativa, especialmente em Direito Civil, Processual Civil, Penal e Constitucional. Candidatos que se preparam para as duas carreiras simultaneamente têm um custo marginal baixo — os dispositivos marcados para ambas são majoritariamente os mesmos, com variações de profundidade em alguns pontos.

Ministério Público

O Ministério Público — estadual e federal — tem perfil de prova semelhante ao da Magistratura em muitos aspectos, com maior ênfase em Direito Penal e Processual Penal nas provas estaduais e maior ênfase em Direito Constitucional e Administrativo nas provas federais.

Primeira fase

O protocolo segue a mesma lógica da Magistratura para as matérias comuns. Para matérias específicas do MP — como legislação institucional do Ministério Público, tutela coletiva e direitos difusos — a atenção deve ser redobrada nos dispositivos marcados especificamente para essa carreira.

Segunda fase

As Discursivas DPN para MP têm ênfase em Direito Penal, Processual Penal, Constitucional e, dependendo da carreira (federal ou estadual), Direito Civil e Direito Administrativo. A banca do MPF (CESPE) tem padrão de correção bem documentado — os volumes de Discursivas DPN incluem questões dessa banca com seus respectivos gabaritos oficiais.

Delegado de Polícia

A carreira de Delegado tem cobrança historicamente concentrada em Direito Penal, Processo Penal, Legislação Penal Especial, Direito Constitucional e Direito Administrativo. O perfil é mais específico do que o de Magistratura e MP — a amplitude de matérias é menor, mas a profundidade em Penal e Processual Penal é maior.

Primeira fase

Priorizar os dispositivos marcados para Delegado, com foco intenso em Direito Penal (Parte Geral e Especial), Legislação Penal Especial, Processo Penal e Constitucional. As Sinopses Ninjas de Criminalística e Criminologia são relevantes especificamente para essa carreira e têm pouca sobreposição com as demais.

A sobreposição com MP em matéria penal é expressiva — dispositivos marcados para ambas as carreiras podem ser estudados conjuntamente com eficiência.

Segunda fase

A segunda fase para Delegado varia bastante por estado. Estados que realizam sua prova pela CESPE têm padrão de discursiva bem documentado. O candidato deve identificar a banca do seu estado-alvo e trabalhar as Discursivas DPN com foco nos volumes de Penal, Processual Penal e Constitucional.

Defensoria Pública

A Defensoria tem perfil de cobrança próprio, com ênfase em Direitos Humanos, tutelas coletivas, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação de grupos vulneráveis, Direito Civil com viés protetivo e Direito Processual Civil. O perfil é distinto das demais carreiras — o candidato que tenta replicar a preparação do MP ou da Magistratura para a Defensoria corre o risco de calibrar mal o foco.

Primeira fase

Priorizar os dispositivos marcados para Defensoria. O volume de Direitos Humanos das Sinopses Ninjas e o volume de Humanística têm peso maior nessa carreira do que nas demais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e legislações de proteção a grupos vulneráveis devem receber atenção especial.

Segunda fase

As Discursivas DPN de Direitos Humanos e Humanística são centrais para a Defensoria. A segunda fase das provas para Defensor tem histórico de cobrar questões com viés de proteção de direitos fundamentais — o candidato que domina o padrão de resposta esperado pelas bancas que realizam esses concursos (CESPE, FCC, banca própria) sai com vantagem relevante.

Procuradorias e Advocacia Pública

As Procuradorias — Federal, Estadual e Municipal — têm ênfase em Direito Administrativo, Tributário, Financeiro, Constitucional e Processual Civil. A variação entre os níveis (federal, estadual, municipal) é significativa em termos de profundidade, mas o núcleo de conteúdo é compartilhado.

Primeira fase

O foco principal está nos dispositivos marcados para Procuradoria nos volumes de Direito Administrativo (Partes I e II), Direito Tributário, Direito Financeiro e Constitucional. As Jurisprudências DPN têm peso especial nessa carreira — a cobrança de julgados do STF e STJ em matéria administrativa e tributária é alta e historicamente recorrente.

A legislação fiscal e de responsabilidade fiscal deve ser lida integralmente, mesmo em dispositivos sem marcação, pela natureza dinâmica desse campo normativo.

Segunda fase

As Discursivas DPN de Direito Administrativo e Tributário são o núcleo da preparação discursiva para Procuradorias. O candidato deve identificar a banca da procuradoria-alvo e calibrar o estudo para o padrão de correção específico.

OAB e Concursos de Cartório

Exame da OAB

Para o Exame da OAB, o foco deve recair exclusivamente sobre os dispositivos com marcação OAB no Vade Mecum DPN. A coleção cobre toda a legislação exigida pelo edital da OAB, e o candidato não deve extrapolar para marcações de outras carreiras sem critério — o risco de dispersão supera o benefício.

O Exame da OAB tem segunda fase com peça prático-profissional — um formato específico que exige treino particular. Os volumes de Discursivas DPN que cobrem matérias da OAB (Civil, Penal, Processual Civil, Processual Penal, Administrativo) são ferramentas de apoio, mas o candidato deve atentar para o formato de peça, que tem estrutura própria diferente da discursiva dissertativa.

Concursos de Cartório

Para Cartório, as marcações específicas no Vade Mecum DPN já filtram o conteúdo historicamente cobrado pelos Tribunais de Justiça nas provas de delegação. O volume de Sinopses Ninjas de Direito Notarial e Registral é o mais específico para essa carreira e deve ser priorizado na fase de construção de base.

PARTE V — PRIMEIRA FASE E SEGUNDA FASE: LÓGICAS DIFERENTES

Por que a preparação para as duas fases é estruturalmente diferente

Um erro comum entre candidatos com experiência em concursos objetivos é tratar a segunda fase como uma extensão da primeira — mais conteúdo, mais profundidade, mesma lógica. Não é. As duas fases exigem habilidades diferentes, medem competências diferentes e precisam de materiais diferentes.

O que a primeira fase mede

A primeira fase objetiva mede precisão: o candidato sabe ou não sabe. Sabe qual artigo, qual súmula, qual julgado, qual conceito. A margem de erro é binária — certo ou errado. O domínio que conta aqui é o de identificação rápida e precisa de conteúdo.

Para isso, o Vade Mecum DPN, as Súmulas DPN e as Jurisprudências DPN são os instrumentos certos. São materiais de conteúdo denso, hierarquizado pelo histórico das bancas, acessíveis no nível do dispositivo.

O que a segunda fase mede

A segunda fase discursiva mede construção: o candidato consegue ou não consegue estruturar uma resposta com a lógica, a extensão e a fundamentação que a banca espera. A margem de diferença entre aprovados e reprovados frequentemente está em décimos de ponto — e esses décimos vêm de aderência ao padrão de resposta, não apenas de correção do conteúdo.

Para isso, as Discursivas DPN com Respostas Oficiais dos Examinadores são o instrumento correto. Nenhum outro material entrega o que esse produto entrega: o padrão real de correção da banca.

O candidato que chega à segunda fase com conteúdo sólido e sem treino de padrão de resposta está perdendo pontos que não precisava perder. O candidato que conhece o gabarito oficial antes de fazer a prova não está apenas mais preparado — está jogando um jogo diferente.

A integração ideal entre as fases

O candidato que se prepara para uma carreira com segunda fase deve construir a preparação discursiva em paralelo com a objetiva — não depois. A sequência correta é: ao estudar uma disciplina pelo Vade Mecum e pelas Sinopses, o candidato já trabalha os temas discursivos mais recorrentes daquela disciplina nas Discursivas DPN. Isso cria uma ancoragem dupla do conteúdo: no dispositivo legislativo e na estrutura de resposta esperada.

O candidato que separa completamente as duas preparações — 'primeiro passo na objetiva, depois me preocupo com a discursiva' — chega à segunda fase sem o tempo necessário para internalizar o padrão de correção. E internalizar não é memorizar — é praticar até que a estrutura de resposta saia com naturalidade.

PARTE VI — SUPORTE E ATUALIZAÇÕES

Canais de Suporte ao Aluno

Para reportar erros, desatualizações ou dúvidas técnicas sobre qualquer produto do Método DPN, utilize os canais oficiais abaixo. O suporte é prestado pela equipe do DPN em dias úteis.

E-mail: contato@direitoparaninjas.com.br

WhatsApp: (16) 99311-4893

Site: direitoparaninjas.com.br

Compromisso de Atualização

O Método DPN acompanha continuamente as novas questões aplicadas pelas bancas e atualiza as marcações dos produtos à medida que o histórico se consolida. Novas edições dos volumes incorporam esse rastreamento de forma sistemática.

Para candidatos que utilizam edições anteriores e identificam dispositivos novos sem marcação, o suporte ao aluno pode informar sobre atualizações relevantes mediante solicitação.

O REGISTRO HISTÓRICO DAS BANCAS

É A VANTAGEM COMPETITIVA QUE NÃO SE IMPROVISA.

direitoparaninjas.com.br